



PLANO DE AÇÃO

Polo de finanças verdes e de economia circular

recebimento de fundos internacionais ambientais e incentivo à economia circular

O Vale do Ribeira, maior área contínua de preservação da Mata Atlântica do Brasil e a segunda maior reserva aquífera do Estado de São Paulo, apresenta todo o potencial para se transformar em polo preferencial de recebimento de fundos internacionais ambientais e de finanças verdes. Possui uma série de ativos e atende diversos requisitos para se posicionar como tal. Demanda investimentos em malha viária verde, na gestão no tratamento de resíduos sólidos e abre oportunidades para abraçar a economia circular.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A mudança climática entrou no topo da lista de prioridades de empresas, instituições e grupos de referência do mundo. Enquanto o Fórum Econômico Mundial teve na sustentabilidade o tema central de sua edição 2020, sua publicação [Global Risks Report 2020](#) revelou que os cinco maiores riscos globais estão relacionados ao clima e ao meio ambiente, tanto em termos de impacto, quanto de probabilidade, incluindo “perda da biodiversidade” e “desastres ambientais causados pelo homem”.

Não é de estranhar que as finanças verdes venham assumindo crescimento proporcional à envergadura do alerta mundial. É o caso da [Net-Zero Asset Owner Alliance](#), que envolve um grupo de investidores com ativos de mais de US\$ 4,6 trilhões, comprometidos em ter em seus portfólios, até 2050, apenas investimentos com emissão líquida neutra em gases de efeito estufa. Dando o tom da urgência, porém, o Bank for International Settlements,

espécie de banco central dos bancos centrais, passou a alertar, este ano, ao risco de que a mudança climática catalise uma crise financeira sistêmica, referenciada como “[cisne verde](#)”. Em sintonia com essa perspectiva, a presidente do Banco Central Europeu enfatizou, em fevereiro, o provável aumento de perdas econômicas e de exposição de crédito das instituições financeiras, como já vem ocorrendo nos últimos anos, devido a eventos climáticos extremos. Diante disso, recomendou que o [risco climático seja incluído como teste de stress](#) nos balanços de empresas e bancos, com o envolvimento das agências de

Riscos globais de destaque no longo prazo – impacto e probabilidade



Fonte: Global Risks 2020 (Fórum Econômico Mundial)

classificação de risco. Ainda nessa linha, o [Grupo BID](#), uma das principais fontes de financiamento de desenvolvimento econômico a longo prazo da região, estabeleceu em janeiro deste ano um mínimo anual de 30% de financiamento relacionado às mudanças climáticas para para cada uma de suas instituições: BID, BID Invest e Laboratório do BID, pelos próximos quatro anos.

Como é sabido, pelo Acordo de Paris, em 2015, os 195 signatários se comprometeram a limitar o aquecimento global a menos de 2°C, idealmente 1,5°C, até o fim do século. Em setembro de 2016 o Brasil apresentou sua NDC ([Contribuição Nacionalmente Determinada](#)) à ONU, comprometendo-se a reduzir as emissões de gás carbônico, até 2025, em 37% em relação às emissões de 2005 e em 43% até 2030, bem como a implementar o Código Florestal, a restaurar 12 milhões de hectares de floresta até 2030 e a fortalecer o plano de agricultura de baixo carbono. Desde então, porém, o governo brasileiro vem tomando decisões que seguem na contramão dessas metas, causando ceticismo na comunidade internacional quanto à sua capacidade de cumprir os compromissos assumidos. Exemplos disso são a aprovação de isenções para a exploração de óleo e gás, até 2040, o favorecimento a grileiros que ocupavam terras ilegais (MP 759/2016), o desmatamento recorde registrado pelos dados do INPE, em 2018/19, e a prorrogação, por tempo indeterminado, da adesão de agricultores ao Cadastro Ambiental Rural (MP

Análise de consistência das ações tomadas pelo governo brasileiro, frente aos compromissos ambientais assumidos no Acordo de Paris

884/2019). Como resultado, o Climate Action Tracker estima que, se todos os países seguissem o comportamento do Brasil, o aquecimento global poderia chegar a +3%, nível inconsistente, portanto, com os compromissos assumidos pelo país.

Complementarmente, no marco da Rede Brasil do Pacto Global, órgão das Nações Unidas responsável por disseminar os ODS entre as empresas (com 888 signatárias, 43% das quais no Estado de São Paulo), conclamou em março de 2020 a maior atuação empresarial para atingir os ODS, por meio da [Estratégia 2030](#), na qual estabelece métricas e prioridades nos próximos 10 anos: desenvolvimento de projetos com metas atreladas aos ODS, inserção dos objetivos nas estratégias de negócios das empresas, participação em fóruns de discussão e movimentos globais, ampliação de parcerias e atuação regionalizada e engajamento de pequenas e médias empresas das cadeias de valor das grandes companhias signatárias do Pacto.

Mais em sintonia com o contexto mundial, segundo estudo do [Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS](#), 61 grandes empresas atuantes no Brasil, entre nacionais e estrangeiras, representando 90% do capital negociado na B3, estimaram em US\$ 124 bilhões de dólares as oportunidades de impactos financeiros positivos das ações de enfrentamento à mudança climática em suas operações, tendo por base 2018.

Segundo estudo da [Climate Bonds Initiative](#), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, há no Brasil um potencial de investimento verde estimado em US\$ 1,3 trilhão nos setores de energia, transportes, construção,

gestão de resíduos e eficiência energética industrial, com base nos compromissos climáticos estabelecidos em sua NDC. A maior parte desse potencial está relacionada às áreas de energia renovável e infraestrutura



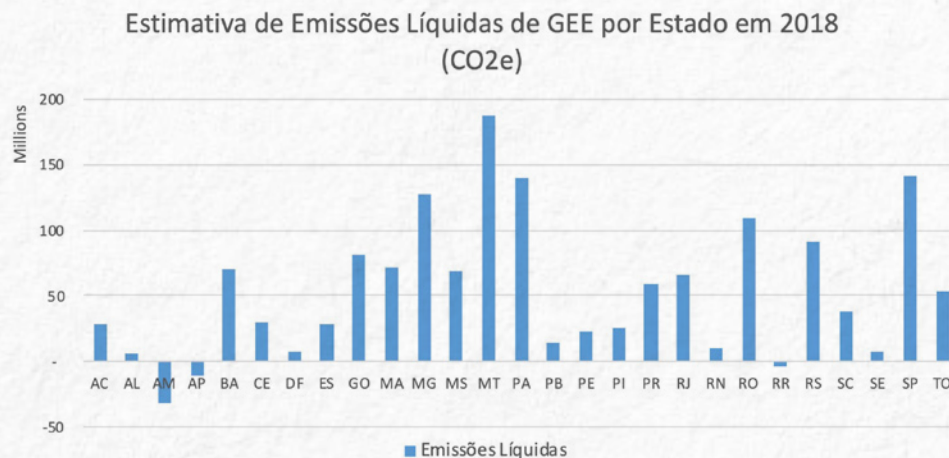
Fonte: Climate Action Tracker

ra urbana, incluindo transporte público, gestão de recursos hídricos e de resíduos.

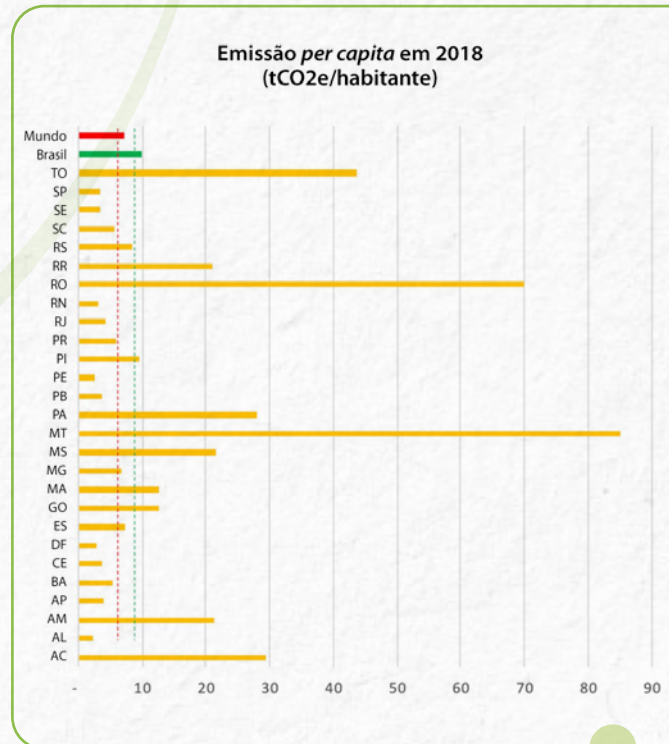
Ainda segundo o relatório, “a integração de critérios de mitigação e resiliência climática ao planejamento de infraestrutura convencional proporcionará ao Brasil a oportunidade de acessar novos fluxos de capital que buscam iniciativas verdes, especialmente no mercado internacional.” (p. 3) Segundo o CEO e cofundador da iniciativa, Sean Kidney, a emissão de títulos verdes cresce a uma taxa de cerca de 50% ao ano. No início de 2020 estimava-se que as emissões de green bonds chegassem a US\$ 400 milhões ao longo do ano, dada a demanda crescente de investidores institucionais, principalmente de países da OCDE, por oportunidades de investimento que atenuem os riscos decorrentes das mudanças climáticas, gerem impactos sociais e apoiem o desenvolvimento sustentável.

Diante desse contexto, o Estado de São Paulo tem a oportunidade de sobrepujar a desconfiança de fundos internacionais que refrearam seus investimentos na preservação ambiental no Brasil e se firmar como praça prioritária de recepção desses investimentos, bem como de finanças verdes. Motivos para isso não faltam. Além das questões corporativas – a vasta maioria das empresas comprometidas com o combate à mudança climática tem sede em terras paulistas – dados do [Observatório do Clima](#) revelam que, muito embora o Estado de São Paulo responda pelo terceiro maior volume de emissão de gases de efeito estufa no país, em termos *per capita* é uma das Unidades Federativas menos poluidoras.

Estimativa de emissões líquidas de gases de efeito estufa, por Unidade Federativa – 2018



Estimativa de emissões per capita de gases de efeito estufa, por Unidade Federativa – 2018

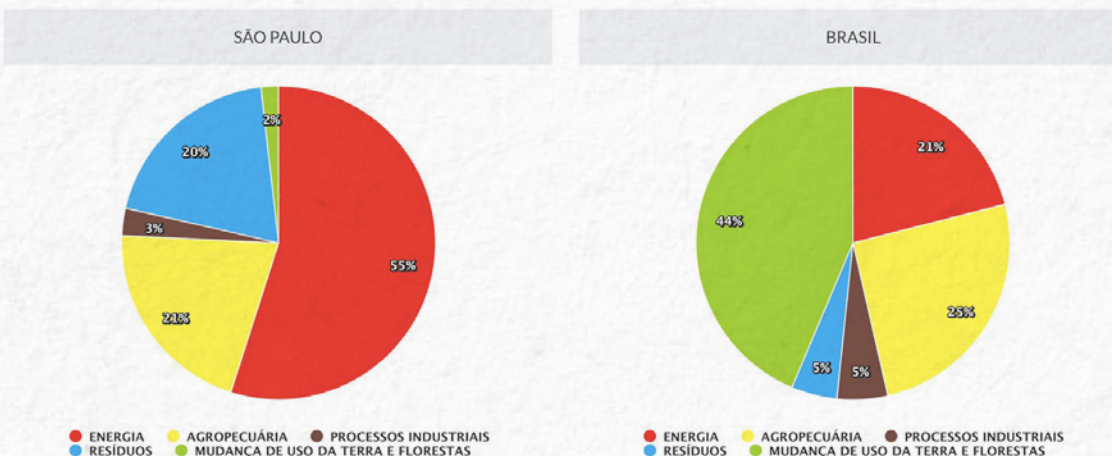


Ademais, como se nota, o perfil de emissões de gases de efeito estufa, no Estado de São Paulo, apresenta um perfil bastante singular, frente ao do Brasil como um todo. Enquanto a agricultura responde por 44% das emissões realizadas no Brasil, seguida da agropecuária (25%), no caso do Estado de São Paulo a maior fonte de emissão, é energia (55%), seguida, em praticamente o mesmo nível, por agropecuária (21%) e resíduos (20%). Uma vez que a agropecuária já vem apresentando reduções significativas de emissão, é mister concentrar esforços na redução de emissões de gases de efeito estufa nos flancos de energia e resíduos.

Principais fontes de emissão de gases de efeito estufa, comparando o Estado de São Paulo e o Brasil

O ESTADO E O BRASIL

ESTES GRÁFICOS COMPARAM A PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS FONTES DE EMISSÃO DE GEE DO ESTADO EM RELAÇÃO AO PERFIL NACIONAL.



Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa - Seeg (2018)

Nesse intuito, o Vale do Ribeira constitui região privilegiada para firmar o Estado de São Paulo como polo preferencial de recebimento de fundos internacionais ambientais e de finanças verdes, tendo já uma série de ativos e requisitos para se posicionar como tal:

- Constitui a maior área contínua de preservação da Mata Atlântica do Brasil (portanto, do mundo), sendo para muitos o bioma de maior biodiversidade do país. Ressalte-se que a Mata Atlântica é um dos dois únicos [hotspots de biodiversidade](#) do Brasil (ou seja, locais fundamentais para o planeta, por sua riqueza biológica e sua condição de ameaça);
- Conformar a segunda maior [reserva aquífera do Estado](#), após a do Alto Paranapanema;
- É [Reserva da Biosfera](#) da mata atlântica brasileira, certificada pela Unesco em 1991;
- Foi titulada pela [Unesco](#), em 1999, como Patrimônio Natural da Humanidade;
- Abriga o [Sistema Agrícola Tradicional \(SAT\) das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira \(SP\)](#), reconhecido em 2018 como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan;

- Conta com o compromisso da Sabesp em atingir a [universalização do saneamento](#) (100% de clientes com abastecimento de água, 100% com coleta de esgoto e 100% de tratamento de esgoto), até 2024;
- Apresenta muitas das experiências mais emblemáticas de [sistemas agroflorestais](#) do Estado.

Para tanto, são necessárias duas linhas de investimentos em infraestrutura, em consonância inclusive com as prioridades apontadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Ribeira, elaborada pelo Codivar.

- 1) Investimento em malha viária verde.
- 2) Investimento em tratamentos de resíduos sólidos, notadamente por biodigestores. Nesse caso, o Estado de São Paulo já é exemplo de melhor prática, em trabalho realizado pela [Sabesp em economia circular](#), em Franca, vencedor do Prêmio Ideias em Ação 2019, do BID.

Ademais, sugere-se que o [Centro de Inovação Tecnológica do Vale do Ribeira – CitVAle](#), anunciado como em vias de ser implementado, devote especial atenção à economia circular, a exemplo de empresas voltadas ao desenvolvimento de bioembalagens.



Polo de finanças verdes e de economia circular – recebimento de fundos internacionais ambientais e incentivo à economia circular



PROFISSIONAIS POTENCIALMENTE DEMANDADOS

Profissionais de finanças, administradores de negócios de impacto, especialistas em economia circular.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Todos os municípios do Vale do Ribeira.

DIRECIONAMENTO SEBRAE

Conexões institucionais sugeridas

- Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente ▪ Sebrae ▪ Secretaria de Desenvolvimento Regional ▪ Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação ▪ Investe SP ▪ Instituto Federal de São Paulo ▪ Codivar
- CEBDS ▪ BID ▪ B3 ▪ Bancos Itaú e Santander ▪ Votorantim ▪ CAF ▪ BNDES
- Banco Mundial ▪ [KfW/GIZ](#).

Programas e projetos vinculados

- Associativismo/Cooperativismo.
- Inclusão produtiva.

Aderência com atuação no território

Pouco aderente.

Fator crítico de sucesso

Depende do interesse de investidores.

Indicadores de desempenho

- Realização de estudos de viabilidade de investimentos.
- Engajamento dos potenciais parceiros efetivos.